Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 7757/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/23732/2017
PROTOCOLO	: 1848158
ÓRGÃO	: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE AMAMBAI – FUNDEB
RESPONSÁVEL	: SÉRGIO DIOZÉBIO BARBOSA
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO MUNICIPAL, À ÉPOCA
ASSUNTO	: RELATÓRIO DE AUDITORIA N. 56/2017
PERÍODO EXAMINADO	: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

MULTA. REDUÇÃO CONCEDIDA PELA LEI ESTADUAL N. 5.454/2019. QUITAÇÃO. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO.

DO RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Amambai - Fundeb, conforme Relatório de Auditoria n. 56/2017, para examinar o período de janeiro a dezembro de 2016, sob a gestão do Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, prefeito à época.

A presente auditoria foi julgada na 34ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida no dia 20 de novembro de 2019, conforme a Deliberação AC00-3240/2019 (peça 18), que declarou irregulares os atos praticados pelo ex-prefeito de Amambai, Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, na gestão do Fundeb, durante o exercício financeiro de 2016, bem como o apenou com multa regimental, no valor correspondente a 10 (dez) UFERMS, em razão da irregularidade detectada no órgão.

Devidamente intimado, na forma regimental, por intermédio da publicação da deliberação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS n. 2324, edição do dia 9 de janeiro de 2020, e pelo Termo de Intimação INT-GCI-512/2020, o ex-prefeito de Amambai, Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, compareceu aos autos, recolhendo ao FUNTC a sanção pecuniária que lhe foi imposta na Deliberação AC00-3240/2019.

DA DECISÃO

Analisando os autos, verifica-se que a multa aplicada ao Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, ex-prefeito de Amambai, por meio da Deliberação AC00-3240/2019, foi devidamente quitada, em decorrência de adesão ao desconto concedido por meio da Lei Estadual n. 5.454/2019, consoante Certidão de Quitação de Multa fornecida pelo e-Siscob (peça 23).

Dessa forma, com fulcro no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, c/c o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020, **DECIDO** pela **extinção** e **posterior arquivamento** deste feito.

À Gerência de Controle Institucional para cumprimento.

Campo Grande/MS, 05 de julho de 2021.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

rcc